

SUMÁRIO

1. Hermenêutica	15
1.1 Hermenêutica e interpretação	16
1.2 Pré-compreensão	16
1.3 As atividades de conhecer, interpretar e aplicar	20
1.3.1 A fusão horízontica de Gadamer.....	26
2. Clássicos elementos de interpretação (Savigny e Ihering)	28
2.1 Elemento gramatical	29
2.2 Método teleológico	30
2.3 Elemento sistemático.....	32
2.4 Elemento histórico.....	34
3. Outros cânones hermenêuticos	38
4. Texto e norma	41
4.1 Mutação constitucional (ou vicissitude constitucional tácita)	42
4.2 Pareidolia constitucional em textos vagos	50
4.3 Apostasia constitucional em textos precisos	54
5. Lacunas constitucionais	59
6. Quem é o intérprete da Constituição?	61
6.1 Teorias da Última Palavra.....	64
6.1.1 Quando a última palavra é do Judiciário	64
6.1.2 Quando a última palavra é do Legislativo	67
6.1.3 “Teoria dos Diálogos Institucionais”	69
6.1.3.1 Reações legislativas	72
6.1.3.2 Reações executivas	77
6.1.3.3 Diálogos interjurisdicionais	77
6.2 O papel do Tribunal Constitucional na Interpretação da Constituição: função contramajoritária, função represen- tativa e função iluminista	83
7. Backlash	85

8. Casos difíceis (<i>hard cases</i>)	88
9. Positivismo	89
9.1 A sistematização de Norberto Bobbio.....	90
9.1.1 Positivismo ideológico.....	91
9.1.2 Positivismo teórico.....	93
9.1.3 Positivismo metodológico.....	94
9.2 O positivismo metodológico de Kelsen	96
9.2.1 A suposta relação entre Kelsen e o Direito nos Estados Totalitários	100
9.2.2 O fundamento de validade das normas do ordenamento, segundo Kelsen	102
9.3 O positivismo metodológico de John Austin.....	105
9.4 O positivismo metodológico de Hart.....	107
9.5 O positivismo metodológico de Alf Ross.....	119
9.6 Uma visão panorâmica e cronológica da história do positivismo	121
9.7 Formas contemporâneas de positivismo	122
9.7.1 Positivismo excludente (ou exclusivo).....	122
9.7.2 Positivismo includente (ou inclusivo).....	123
10. Neoconstitucionalismo	124
10.1 Constitucionalização do Direito.....	129
10.2 Neoconstitucionalismo e pós-positivismo são expressões sinônimas?	130
10.3 Críticas endereçadas ao neoconstitucionalismo (e ao pós-positivismo)	131
10.3.1 Do “princípio” da vedação ao retrocesso.....	133
11. Normas regras e normas princípios	137
11.1 Regras e princípios na visão clássica ou tradicional	138
11.2 Regras e princípios na visão de Robert Alexy	138
11.2.1 O conflito de princípios e a máxima da proporcionalidade.....	141
11.2.2 Críticas à ponderação de princípios de Alexy	144
12. Derrotabilidade das regras (“defeasibility”)	148
12.1 Conceito.....	148
12.2 Fundamento.....	149

12.3	Origem	149
12.4	Natureza jurídica.....	150
12.5	(In)compatibilidade com o ordenamento brasileiro	152
12.6	Das normas passíveis de derrota	155
12.6.1	Derrotabilidade de princípios?	155
12.6.2	Derrotabilidade de normas constitucionais?	157
12.6.3	Outras normas passíveis de derrota	159
13.	Interpretativismo e não interpretativismo.....	160
13.1	Do interpretativismo	161
13.1.1	O originalismo de Robert Bork	165
13.1.2	O textualismo de Antonin Scalia.....	165
13.1.3	A polissemia da palavra originalismo e as vertentes contemporâneas.....	171
13.2	Do não interpretativismo	173
14.	Procedimentalistas e substancialistas	174
15.	O pensamento jurídico de Robert Alexy.....	175
16.	O pensamento jurídico de Ronald Dworkin.....	184
16.1	Dworkin <i>versus</i> Alexy: convergências e divergências	194
16.1.1	Quanto à compreensão de princípios e regras, não há identidade entre a doutrina de Robert Alexy e Ronald Dworkin.....	194
16.1.2	Quanto à maneira de encarar o fenômeno da discricionariedade judicial	195
17.	O pensamento jurídico de Cass Sunstein	196
18.	O pensamento jurídico de Richard Posner.....	202
18.1	Pragmatismo <i>versus</i> Positivismo: uma comparação de abordagens.....	206
19.	Contributos do Direito Constitucional alemão.....	207
19.1	Princípios de interpretação constitucional	207
19.2	Métodos de interpretação constitucional.....	212
BIBLIOGRAFIA.....		221